

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PIRACICABA



Memória PRINCUFA

Plenária intersetorial para apresentação da proposta e constituição de grupo de trabalho

Data: 28 de Março de 2014

Local: Av. Independência, nº 1146– Higienópolis / Piracicaba.

Presentes: Jéssica Thais da Silva, Maria Hilma Ganzella, José Cláudio Gumier, Amanda R. de Campos, Kátia M. Paschoalini, Maira F. Negri, Elisa Tietz de Souza Mendes, Ronaldo José Lucentini, Maria Isabel Gonçalves, Fabiane C. V. de Souza, Leticia Chrispi, Diego E. Goularte, Gustavo N. Valentini, Elaine Antunes Lima, Luana Medeiros, Larissa Araujo, Paula Batistela, Sandra Vidal, Claudia R. Suster, Thais Leite de Campos, Priscila Zanardo, Kaline Ferrarez, Daniela Garbellini, Patricia F. Barbosa, Aucilene L. Clementino, Analis Caldeira, Claudine D. M. Leardini, Miriam Eunice S. Gonçalves, Natalia Possebon S de Barros, Antonio Oswaldo Storel, Flagas R. Lopes, Disete Devera, Fábio do Amaral Sanches, Telma Regina de Paula Souza.

Ausência justificada: Conselho Municipal sobre Álcool e Drogas – COMAD

Ausências não justificadas: representantes do Conselho Municipal da Educação (CME), Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Diretoria de Ensino (DE), Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS, Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba – EMDHAP, Ministério Público – Promotoria da Infância, Projeto RECRIANDO, Secretaria Municipal de Ação Cultural – SEMAC, Secretaria Municipal de Educação, Departamento Regional de Saúde- Região 10 – DRS-10, Serviço Casa Lar.

Inicialmente, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Piracicaba, **Fábio do Amaral Sanches** justifica que a iniciativa do encontro é a necessidade de ações planejadas para o cuidado de famílias que têm crianças/adolescentes em situação de acolhimento institucional e em serviço de acolhimento em família acolhedora e que vivem o problema da dependência química. Considerando que: (i) o acolhimento é uma medida protetiva provisória, que não deve ultrapassar dois anos, segundo a lei nº 10.012/09; (ii) que os serviços de acolhimento não têm condições de realizar um trabalho específico com as famílias com dependência química, e (iii) que o município não dispõe de serviços para esse propósito, é necessário que forças se unam para esse cuidado.

Após a apresentação de um vídeo com depoimentos de dependentes químicos, a Prof^a Telma Regina de Paula Souza (UNIMEP), membro do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expôs dados preliminares sobre o problema do uso abusivo do álcool e outras drogas e a dependência química em Piracicaba.

Os dados apresentados e comentados pelos presentes indicam:

- necessidade da construção de uma metodologia para o registro das ocorrências em relação ao problema pelo Conselho Tutelar e serviços de atendimento na assistência social, saúde e outros, para o conhecimento mais profundo da realidade;

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PIRACICABA



- necessidade de um trabalho intersetorial para o cuidado daqueles que vivem o sofrimento da dependência química (crianças, adolescentes e adultos), especialmente famílias que tem seus filhos em situação de acolhimento, para se garantir o rápido retorno desses às suas famílias;

- necessidade de uma política pública sobre drogas.

Em relação ao Programa Intersetorial de Cuidados à Famílias (PRINCUFÁ), foram apresentadas suas intenções:

Público alvo: famílias incluídas em Serviços de Acolhimento (institucional* ou em família acolhedora**)

*Casa do Bom Menino, Lar Franciscano de Menores e Casa-lar.

** Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, PASCA

Etapas para sua elaboração:

- Reunião plenária intersetorial para apresentação da proposta e constituição de um grupo de trabalho: GT PRINCUFÁ. O GT deve contar com a participação de vários atores, sendo fundamentais: assistência, saúde, educação, judiciário e serviços de acolhimento. A UNIMEP, por meio de estagiário do Curso de Psicologia, dará apoio ao GT na sistematização das propostas.

- Reuniões do GT PRINCUFÁ para definição de seus princípios, diretrizes, metodologia e projetos iniciais;

- Reunião plenária intersetorial para apreciação e aprovação do Programa;

- Reunião com gestores relacionados ao Programa para pactuação das responsabilidades.

Foi destacado que todos poderão contribuir na construção do Programa, mesmo que não componham o GT, para isso poderão enviar propostas, sugestões e comentários para o e-mail: princufa@gmail.com. O GT deverá considerar as mensagens recebidas.

Cronograma das reuniões do GT:

- ▶ - 04/04 - Encontro de Trabalho
- ▶ - 25/04 - Encontro de Trabalho
- ▶ - 16/05 - Encontro de Trabalho
- ▶ - 30/05 - Encontro de Trabalho
- ▶ - 06/06 - Encontro de Trabalho

Como disparador do trabalho, foram apresentadas propostas de princípios e de diretrizes do Programa, que deverão ser retomadas pelo GT, podendo ser aceitas, complementadas, suplementadas ou rejeitadas. O GT deverá ter autonomia na elaboração da proposta do PRINCUFÁ.

Os **princípios** apresentados foram:

- ▶ Reafirmação dos princípios doutrinários da CF/88 – direitos universais à uma vida digna;
- ▶ Compromisso com a superação da vulnerabilidade e risco sociais;
- ▶ Reafirmação do Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH 3);
- ▶ Reafirmação dos princípios doutrinários do SUS e do SUAS;
- ▶ Reafirmação dos princípios do ECA, do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humano de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e lei nº 10.012/09

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PIRACICABA



As **diretrizes** apresentadas foram:

- ▶ Articulação dos setores diretamente envolvidos, por meio de estratégias já consolidadas nas políticas públicas de saúde e assistência (ESF, PAIF e saúde na escola);
- ▶ Articulação com projetos de iniciativa privada credenciados nos Conselhos Gestores referentes;
- ▶ Comprometer universidades na elaboração e execução do Programa e projetos que o constitui;
- ▶ Participação ativa de todos os envolvidos no Programa, inclusive a população-alvo.

Aberta a discussão alguns pontos merecem destaque:

Entre os dados da realidade da cidade, destacou-se o grande número de registro dos Conselhos Tutelares em relação à frequência irregular de crianças/adolescentes na escola e a evasão escolar, e a ausência da educação na reunião. O presidente do CMDCA informa que a educação não tem representantes no Conselho, apesar da insistência do Conselho para essa indicação. Fábio faz um apelo aos presentes para ajudarem a sensibilizar a educação sobre a importância de sua participação.

O representante da OAB questiona se a proposta do PRINCUFPA não conflitará com a realização do projeto da UNICAMP em relação à construção de um Plano Municipal sobre álcool e outras drogas no município de Piracicaba, em parceria com o COMAD. Foi esclarecido que o projeto da UNICAMP, financiado pela SEMDES, é mais amplo e que o PRINCUFPA tem um público alvo bem definido, em que pese poder ser ampliado após a avaliação da metodologia, incluindo famílias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Mesmo com objetivos diferentes, os presentes foram consultados se deveríamos aguardar a conclusão dos trabalhos da UNICAMP, que ainda não foi iniciado e tem duração de 10 meses. Os presentes entenderam que o PRINCUFPA deve ser construído imediatamente.

Direção e técnicos da Fundação CASA presentes chamam a atenção para a grave realidade atual da instituição, visto o número de internos estar muito além do determinado pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e da capacidade de internação da Instituição. Um técnico do SEAME também aponta o crescimento do número de adolescentes cumprindo medida em meio aberto. As duas instituições apontam que mais de 90% dos adolescentes em cumprimento de medida tem envolvimento com drogas.

Finalizando a reunião, o GT PRINCUFPA foi criado com a seguinte composição:

Saúde: Cláudio, Conselho Tutelar I: Isabel, SEMDES: Carlos Borges e Carla Marques, Técnicos Judiciário: Letícia e Fabiane, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: Patrícia e Cláudia, SELAM: Ronaldo, SEMTRE: Aline, Fórum DCA: Telma, Curso de Psicologia da UNIMEP: Profª Disete e discentes: Amanda e Elaine.

A Secretaria de Educação será novamente convidada, assim como técnicos dos serviços de acolhimento institucional (Casa do Bom Menino, Lar Franciscano de Menores e Casa-lar)

Relatoras: Amanda e Elaine (estágio em Psicologia Social)